

SUMÁRIO

MÓDULO 1

PEÇAS PROCESSUAIS

1		
	Petição inicial de Ação Civil Pública	25
2		
	Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	39
3		
	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF	55
4		
	Petição Inicial em Ação Cautelar Fiscal	71
5		
	Reclamação Constitucional	83
6		
	Contestação	93
7		
	Resposta em Mandado de Segurança	109

8

Agravo de Instrumento 131

9

Impugnação aos Embargos à Execução Fiscal..... 149

10

Apelação 165

11

Recurso Extraordinário..... 179

12

Recurso Especial 191

13

Recurso Ordinário Trabalhista 211

14

Recurso de Revista..... 225

15

Contestação 245

MÓDULO 2

PARECERES JURÍDICOS

Estrutura dos pareceres 259

1. Cabeçalho 259

2. Relatório..... 260

3. Fundamentos jurídicos..... 260

4. Conclusão..... 260

5. Final 260

1		
	Licitação e o Regime das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.....	261
2		
	Licitação, Execução Contratual e Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos Administrativos	277
3		
	Licitação e Direitos Autorais	293
4		
	Contrato Administrativo, Revisão Contratual e Entendimento do Tribunal de Contas da União.....	311
5		
	Responsabilidade Civil por Dano Decorrente de Obra	329
6		
	Direito à Saúde e Concessão de Medicamentos pelo Poder Público.....	343
7		
	Direito Financeiro: Princípios Orçamentários, Viabilidade de Lei Orçamentária Anual, Despesas e Receitas Públicas	357
8		
	Análise de Constitucionalidade de Projeto de Lei que altera Regras Relativas ao ICMS no Estado: Regime Especial, Incidência sobre Transporte, Energia Elétrica e em Importação.....	375
9		
	Controle de Constitucionalidade, Processo Legislativo e Repartição Constitucional de Competências dos Entes Federativos	393
10		
	Direito Financeiro: Receita Corrente Líquida, Limite de Despesas com Pessoal e de Endividamento	409

11

Processo Administrativo Disciplinar	423
--	------------

12

Desapropriação Indireta e Unidade de Conservação: Competências do IBAMA e do ICMBIO.....	437
---	------------

MÓDULO 3

QUESTÕES DISSERTATIVAS

1

Direito Administrativo	447
1.1. Licitação, requisitos de habilitação e participação de empresa em recuperação judicial no procedimento licitatório.....	447
1.2. Intervenção do Estado na propriedade: servidão e limitação administrativas	460
1.3. Intervenção do Estado na propriedade privada: desapropriação por concessionária de serviço público	468
1.4. Improbidade administrativa: princípio da moralidade, sujeito ativo e perda de cargo público	477
1.5. Nepotismo	486
1.6. Anulação de ato administrativo e princípio da segurança jurídica.....	495
1.7. Greve no serviço público	503
1.8. Redução de carga horária no serviço público.....	512
1.9. Extinção do ato administrativo	518
1.10. Empresas público-privadas.....	526
1.11. Intervenção do Estado na propriedade privada: requisição administrativa.....	532
1.12. Responsabilidade civil do estado: adiamento de concurso público em razão da pandemia de Covid-19.....	541
1.13. Licitações: reconstrução em situação emergencial.....	546
1.14. Contratos administrativos e a responsabilidade por débitos trabalhistas ...	551

2

Direito Constitucional	557
2.1. Direitos fundamentais: teorias limitadoras	557
2.2. Teoria do Reforço da Democracia, minimalismo e maximalismo judicial.....	564

2.3. Controle de constitucionalidade: mandado de segurança, controle pelo Legislativo, Executivo e Judiciário	571
2.4. Limitação a direitos fundamentais e princípio da proporcionalidade.....	580
2.5. Diálogo Institucional: supremacia judicial x supremacia legislativa.....	587
2.6. Responsabilização civil, eleitoral e por crime de responsabilidade de Prefeito Municipal em razão de desvio de verba de convênio federal	596
2.7. Competências do CNJ e fiscalização das serventias extrajudiciais (cartórios)	605
2.8. Ação rescisória e coisa julgada	613
2.9. Judicialização da saúde e o poder público	618
2.10. Princípio da Unicidade nas procuradorias estaduais	626

3

Direito Tributário.....	631
3.1. PTU: definição da base cálculo por planta genérica de valores, cobranças em unidades autônomas e reflexos de limitações administrativas de cunho ambiental.....	631
3.2. Operações de montagem de pneus: ICMS X ISS.....	638
3.3. ISS nos contratos de franquia	643
3.4. IPTU, ITBI e ISS na jurisprudência dos Tribunais Superiores.....	649
3.5. ITBI na partilha de bens.....	657
3.6. Execução fiscal e recuperação judicial.....	665
3.7. Execução Fiscal: citação, penhora, exceção de pré-executividade, responsabilidade de terceiros e incidente de desconconsideração de personalidade jurídica	679
3.8. IR, IPI e IOF: aspectos legais e jurisprudenciais relevantes	688
3.9. IPI e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	696
3.10. Lançamento tributário: denúncia espontânea, depósito judicial	705
3.11. Uso de meio indireto coercitivo para pagamento de tributos.....	712
3.12. Ação Declaratória	721
3.13. Responsabilidade tributária, sucessão clandestina e grupo econômico: entendimentos do CARF.....	729
3.14. Planejamento tributário por acordos de bitributação, <i>treaty shopping</i> , norma geral antielisão	743
3.15. Novos princípios tributários	750
3.16. Taxa de incêndio e sua constitucionalidade.....	755

4

Direito Civil.....	761
4.1. Evicção.....	761
4.2. Direito de laje.....	767

4.3. Posse, usucapião e o Poder Público.....	773
4.4. Responsabilidade civil do Estado: teoria da perda de uma chance contra o Poder Público e arbitramento de indenização na jurisprudência do STJ	778
4.5. Direito de imagem: responsabilização civil	783
4.6. Impenhorabilidade do bem de família	791
4.7. Desconsideração da personalidade jurídica.....	800

5

Direito Processual Civil	809
5.1. Cumprimento de sentença: honorários contra a Fazenda Pública e execução invertida.....	809
5.2. Arbitragem: conflito de competência e cumprimento de sentença arbitral.....	816
5.3. Cumprimento de sentença: penhora, honorários advocatícios, recorribilidade das decisões interlocutórias, mitigação do rol das hipóteses de agravo de instrumento	822
5.4. <i>Querela Nullitatis</i>	832
5.5. Execução fiscal: sucessão empresarial e substituição do polo passivo.....	837
5.6. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	844
5.7. Medidas atípicas na execução ou fase de cumprimento de sentença.....	849
5.8. Execução contra a Fazenda Pública, regime de precatórios e compensação.....	855
5.9. Julgamento dos casos repetitivos: causa-piloto e causa-modelo	860
5.10. Ação civil pública: competência e legitimidade ativa	870

6

Direito Financeiro	879
6.1. Princípio da intranscendência subjetiva das sanções	879
6.2. Controle de constitucionalidade sobre normas orçamentárias e competência constitucional para legislar.....	886
6.3. Limite de gastos com pessoal do serviço público e vinculação de receitas públicas	893
6.4. Créditos adicionais.....	899
6.5. Repasse de duodécimos aos Poderes e crise econômica	904
6.6. Natureza jurídica do orçamento público e <i>royalties</i> da energia elétrica	911

7

Direito e Processo do Trabalho	919
7.1. Estabilidade dos empregados públicos	919
7.2. Competência e (ir)recorribilidade de decisões interlocutórias na Justiça do Trabalho	927

7.3. Equiparação salarial e rescisão do contrato de trabalho	935
7.4. Terceirização.....	942

8

Direito Ambiental.....	951
8.1. Responsabilidade civil ambiental e a jurisprudência dos Tribunais Superiores	951
8.2. Lei municipal e redução do patamar mínimo de Área de Preservação Permanente – APP e indenização pela cobertura florística destacada da terra nua na desapropriação de APP ou de Reserva Legal	960
8.3. Prescrição e responsabilidade civil ambiental	967
8.4. Princípio da estrita legalidade, crime ambiental e teoria da dupla imputação	977
8.5. Instrumentos de proteção do meio ambiente e princípios ambientais	984
8.6. Movimento Preservacionista X Movimento Conservacionista	990
8.7. Externalidades do direito ambiental	998
8.8. Compatibilização da vaquejada e a proteção da fauna	1007

9

Direito Previdenciário	1013
9.1. Adicional de grande invalidez	1013
9.2. Teto remuneratório, abate-teto e aposentadoria	1026
9.3. Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.....	1033
9.4. Incorporação de vantagens remuneratórias	1044
9.5. Competência para legislar sobre previdência.....	1051
9.6. Integralidade, paridade e regras de transição nas reformas previdenciárias	1055
9.7. Assistência Social: Benefício de Prestação Continuada da Pessoa com Deficiência e Auxílio Inclusão (Leis nº 8.742/93 e nº 14.176/2021)	1062
9.8. Aposentadoria especial dos policiais civis	1071

10

Direito Urbanístico	1079
10.1. Regularização Fundiária Urbana – REURB	1079
10.2. Parcelamento do solo urbano.....	1087
10.3. Parcelamento do solo urbano: loteamento	1096
10.4. Regiões Metropolitanas	1101
10.5. Competência constitucional em tema de Direito Urbanístico.....	1106
10.6. Teoria do concurso voluntário	1112
10.7. Loteamento: regularização e responsabilidade do poder público	1116

11

Direito Empresarial.....	1123
11.1. Conceitos gerais de empresário, capacidade de ser empresário e sociedades empresariais.....	1123
11.2. Recuperação judicial e falência.....	1129
11.3. Operações societárias.....	1135
11.4. Estatuto das microempresas e empresas de pequeno porte.....	1140

MÓDULO 4

TEMAS ESPECÍFICOS DA ADVOCACIA PÚBLICA FEDERAL

A) PEÇAS PROCESSUAIS

1

Impugnação à Exceção de Pré-Executividade: Averbação Pré-Executória e Portaria da PGFN nº 33/2018	1151
1. PRELIMINAR	1152
2. MÉRITO	1154
3. PEDIDOS.....	1162
4. CONCLUSÃO	1162

2

Recurso Inominado: Benefícios e Beneficiários do RPGS, Súmula 26 da AGU	1167
1. MEDIDA PROCESSUAL CABÍVEL	1168
2. PRELIMINARES.....	1170
3. MÉRITO	1172
4. PEDIDOS.....	1177

B) PARECERES JURÍDICOS

1

Acúmulo de Cargos Públicos Federais: Parecer nº AM-04/2019/AGU.....	1185
--	-------------

C) QUESTÕES DISSERTATIVAS

1

.....
Cessão de Créditos em Contratos Administrativos: Parecer 31/2019/AGU 1195

2

.....
Concurso Público e Mandado de Segurança: Súmulas 79 e 86 da AGU 1199

3

.....
Infração Disciplinar e Crime: Parecer nº JL 06/2020/AGU 1205

4

.....
Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação – ICT: Parecer nº 04/2020/CP-CT&I/PGF/AGU..... 1211